

CONCLUSÕES

Entre os dias 20 e 23 de agosto decorreu em São Tomé e Príncipe o Seminário Internacional "Alterações Climáticas e suas repercussões sócio-ambientais" organizado por um conjunto de nove entidades em parceria internacional, a saber: a Direção-Geral do Ambiente e a Direção das Florestas da República Democrática de São Tomé e Príncipe; o OBSERVARE da Universidade Autónoma de Lisboa; o ICS da Universidade de Lisboa; a Universidade de Santiago de Compostela; o Centro de Extensão Universitária e Divulgação Ambiental da Galiza (CEIDA); a ONG MARAPA (Mar, Ambiente e Pesca Artesanal); a Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental (NEREA Investiga); e a Associação Portuguesa de Educação Ambiental (AsPEA).

O evento reuniu especialistas santomenses, portugueses e espanhóis de áreas disciplinares diversificadas, destacando-se a Sociologia, a Pedagogia, a Antropologia, a Engenharia Ambiental, a Biologia, o Direito, a Geografia e a Economia, que debateram a problemática das alterações climáticas na perspetiva dos impactos, sem esquecer a vertente da internacionalização por via da cooperação internacional. O programa de trabalhos seguiu o princípio da interdisciplinariedade cruzando questões teóricas, metodológicas e estratégicas, tendo como preocupação central o pragmatismo da ação na busca de soluções para problemas concretos e previamente identificados. Neste sentido, foram apresentados e discutidos casos reais enquadrados pelo meio insular, destacando-se São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, mas também pelo meio continental, com particular incidência em Portugal, não sendo descurada a perspetiva global de âmbito mundial.

De forma complementar, e como fundamento para o debate, a organização previu quatro visitas com realização de atividades práticas repartidas por dois dias, sendo duas enquadradas pelo meio florestal e duas pelo meio costeiro e marinho. A dinamização e facilitação destas atividades foram da responsabilidade dos parceiros locais, a saber: em meio florestal promovidas pela Direção das Florestas; em meio costeiro e marinho pela ONG MARAPA.

Organização:



Patrocínios:



Apoio Institucional:



As principais conclusões que foram extraídas a partir das reflexões partilhadas, das experiências vivenciadas e dos debates foram:

1. as alterações climáticas são uma realidade mundial que se traduz em problemas vários de âmbito global (impactos internacionais), sendo particularmente sentidas em regiões frágeis e marcadas pela vulnerabilidade dos ecossistemas como são os pequenos territórios insulares;
2. as alterações climáticas têm efeitos a vários níveis sendo que, para as pequenas ilhas, são mais evidenciados em algumas áreas geográficas, nomeadamente na confluência com o mar (subida do nível do mar, erosão costeira, variações na biodiversidade com impactos na manutenção de espécies), afetando de forma particular as comunidades ali residentes;
3. as atividades sócio-profissionais que sofrem uma maior implicação são as que ora dependem dos recursos haliêuticos (pesca artesanal), ora se relacionam com outras atividades do setor primário, tais como a agricultura, a pecuária e a exploração direta de recursos naturais (recolheção e transformação artesanal);
4. o turismo é uma atividade que apesar de ter fortes implicações com as alterações climáticas, contribuindo em parte para o seu agravamento, pode resultar positivamente na minimização de alguns impactos desde que sejam promovidas e adotadas ações complementares de sensibilização, regulação e controle;
5. é urgente adotar medidas nacionais (Plano de Ação da Direção-Geral do Ambiente) seguindo critérios assumidos a nível internacional, que permitam o adequado tratamento de resíduos sólidos, sobretudo urbanos, de forma a contribuir para a redução da emissão de gases, bem como para a prevenção no que respeita a eventuais acidentes com materiais químicos e poluentes de elevado impacto sócio-ambiental;
6. a ideia de que, do ponto de vista ambiental, existe a necessidade de assumir uma responsabilidade partilhada é habitualmente aceite pela comunidade internacional se bem que nem sempre seja praticada requerendo uma intervenção diferenciada;
7. as ações de cooperação são entendidas como estratégicas para a minimização dos problemas que resultam das alterações climáticas, devendo centrar-se em novos modelos de ação, claramente orientados por metodologias participativas de base educativa (Educação Ambiental formal e não formal; Educação para a Cidadania; Educação para o Desenvolvimento) e favoráveis a um envolvimento responsável de todos os grupos de interesse na promoção de comportamentos adequados caso-a-caso. É desejável que estas ações de cooperação permitam envolver, além dos interlocutores

Organização:



Patrocínios:



Apoio Institucional:



convencionais, as Universidades e os Centros de Investigação no sentido de facilitar uma capacitação fundamentada e orientada para as necessidades reais;

8. a estratégia da educação ambiental é reforçada por todos os interlocutores, requerendo continuidade na ação por via do incentivo da cooperação internacional;
9. a necessidade de implicar todos os atores - Estado, Grupos Privados, Organizações da Sociedade Civil e Cidadãos - com um sentido de corresponsabilização, reforçando princípios de cidadania ativa e participada;
10. a oportunidade de dar continuidade e seguimento a ações de cooperação a partir do estabelecimento de parcerias, mesmo que informais, entre diferentes atores e por múltiplos canais - bilaterais, multilaterais e incluindo a comunidade científica por meio de Universidades e Centros de Investigação.

Face às conclusões, foram assumidas algumas ações de intervenção de forma a ser possível dar continuidade às ideias defendidas:

1. A criação da Plataforma Lusófona de Educação Ambiental com identificação de pontos focais que viabilizarão a concretização de ações futuras entre as diferentes entidades lusófonas envolvidas e que está representada por Universidades, Centros de Investigação, Organizações da Sociedade Civil e representantes dos Estados;
2. O reforço da Rede Pardela - Rede Hispano-Lusófona para a Gestão de Áreas Naturais Protegidas;
3. A realização de um Seminário anual seguindo o princípio da parceria internacional com forte envolvimento de atores nacionais, que poderá vir a ser realizado noutros países da lusofonia, mas que em 2013 terá lugar na ilha do Príncipe sob o tema "Turismo e valorização dos serviços ambientais em reservas da biosfera", tendo como subtema "Potencialidades endógenas das reservas da biosfera";
4. A realização de ações temáticas de formação, eventualmente não formais, capitalizando os especialistas que participam no Seminário e os membros da Organização;
5. A edição das Atas do Seminário em formato digital, a serem disponibilizadas online, não se descartando a possibilidade da edição em papel de uma versão reduzida que pode implicar a seleção de textos.

São Tomé e Príncipe, 23 de agosto de 2012

Organização:



Patrocínios:



Apoio Institucional:

